



---

**O TEXTO LITERÁRIO COMO ESPAÇO DE  
MEMÓRIA *EM O CRIME DO CAIS DO  
VALONGO*, DE ELIANA ALVES CRUZ**

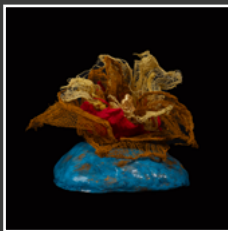
*THE LITERARY TEXT AS A SPACE  
OF MEMORY IN O CRIME DO CAIS DO  
VALONGO, BY ELIANA ALVES CRUZ*

---








Dayse Rayane e Silva Muniz    
UDF | [dmuniz@udf.edu.br](mailto:dmuniz@udf.edu.br)

**CERRADOS**

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM LITERATURA — UNB



**ORGANIZADORES:**

-   André Luís Gomes
-  Ana Laura dos Reis Côrrea
-   Joao Vianney Cavalcanti Nuto
-   Paulo Petronilio Correia

**CERRADOS**  
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

v. 34, n. 69, 2025  
Brasília, DF  
ISSN 1982-9701



10.26512/cerrados.v34i69.59758

**FLUXO DA SUBMISSÃO**

Submetido em: 21/09/2025  
Aceito em: 29/11/2025

**DISTRIBUÍDO SOB**



### Resumo

**E**ste artigo objetiva discutir a relevância do texto literário como espaço de enfrentamento ao apagamento do povo negro, sua história e memória em solo brasileiro a partir do romance *O crime do Cais do Valongo* (2018), da escritora brasileira Eliana Alves Cruz. A narrativa em questão, ao reinventar o Cais do Valongo entre a ficção e a história, contribui para um exercício necessário de resgate memorialístico e ressignificação da ancestralidade africana no Brasil. Buscamos trazer, no cerne de nossas reflexões, indícios de que o romance de Cruz corrobora a valorização da existência e luta das mulheres negras, aspecto caro para os debates que pretendemos desenvolver, dado o enfoque na interseccionalidade de raça e gênero na obra de Cruz publicada até então e vislumbrada na narrativa a qual analisamos.

**Palavras-Chave:** *O crime do Cais do Valongo*, Eliana Alves Cruz, apagamento negro, intersecção de raça e gênero, metaficção historiográfica.

### Abstract

This article aims to discuss the relevance of the literary text as a space to confront the erasure of black people, their history and memory in Brazil, drawing on the *novel O Crime do Cais do Valongo* (2018), by Brazilian author Eliana Alves Cruz. When reinventing the Valongo Wharf between fiction and history, the narrative contributes to a necessary exercise of memorialist rescue and resignification of African ancestry in Brazil. We intend to bring, in the core of our reflections, shreds of evidence of the appreciation of the existence and struggles of black women in the novel, an aspect dear to the debates we intend to develop, given the focus on the intersectionality of race and gender in Cruz's work published so far and glimpsed in the narrative we analyze.

**Keywords:** O crime do Cais do Valongo, Eliana Alves Cruz, black erasure, race and gender intersection, historiographic metafiction.

## INTRODUÇÃO

O combate ao apagamento do povo negro tem encontrado terreno fértil na escrita de autoras negras contemporâneas como Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves, Jarid Arraes e Eliana Alves Cruz. Indo contra a lógica branca e masculina estabelecida no Brasil desde a chamada Literatura de Formação, essas autoras abrem espaços para que vozes longamente ocultadas pela colonialidade do poder e do saber possam negociar em mais um campo de disputa — o literário — mesmo quando enfrentam tantos percalços ainda no presente.

Nesse sentido, é válido ressaltar que não apenas os povos negros são pouco presentes na literatura, como, quando o são, há a predominância de estereótipos bastante negativos. Essa ausência de representatividade e humanidade nos leva a observar as produções literárias de mulheres negras como possibilidades discursivas inovadoras. Esse é um dos motivos pelos quais a poética de Eliana Alves Cruz se destaca para nós; também nos interessa a qualidade estética das construções narrativas que a autora é capaz de arquitetar, fator primordial para que sua obra seja objeto de estudo e debate no campo da Representação na Literatura.

Nesta oportunidade, trataremos da poética de Eliana Alves Cruz, em especial do romance *O crime do Cais do Valongo* (2018). Buscamos, à luz da teoria da metaficção historiográfica, fomentar debates acerca de como, ao centralizar o Cais do Valongo em sua literatura, a voz autoral constrói um relevante espaço de resgate memorialístico para o povo negro, ao passo que valoriza a trajetória de mulheres negras, sua existência, resiliência e celebração de ancestralidade no decorrer da narrativa em questão.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A AUTORA E SUA POÉTICA

Nascida no Rio de Janeiro em 1966, Eliana Alves Cruz é jornalista de formação e autora de cinco romances, dois livros de contos e outros três infantis; também participou de oito antologias, sendo as mais notáveis os *Cadernos Negros* (2016, 2017), transitando, nessa oportunidade, pelos gêneros poesia e conto (Literafro, 2022).

Em seu primeiro romance, *Água de barrela*, originalmente publicado em 2016, a autora já demonstra um comprometimento contundente com a questão de raça.

Tão importante quanto a raça nos escritos da autora é a questão de gênero; nas obras publicadas até então, as mulheres negras são centralizadas, e por vezes parte-se da matrilinearidade de suas ascendências para o desenrolar do fio narrativo, movimento que reforça o quão indispensável é a intersecção de raça e gênero em sua poética. Nesse movimento, elas são duplamente humanizadas: têm voz própria e são representadas como sujeitas fortes e resilientes, sempre lutando por melhorias para si mesmas e suas famílias.

No entrelaçar entre as histórias pessoais e os fatos históricos — mesmo quando ficcionalizados —, Cruz borra as fronteiras entre ficção e história, construindo um espaço de resgate memorialístico que tem imenso valor para a ressignificação das trajetórias dos povos negros no Brasil. Esse *deslizar* entre invenção e acontecimento histórico, entre âmbito público e privado, vale salientar, precisa ser percebido como trabalho literário, e não como mero documento ou texto de cunho denunciativo. É pertinente tocarmos na questão para que, como atesta Beatriz Nascimento (2022), essa literatura deixe de ser vista, apenas como expressão individual, pois também configura “[...]uma manifestação de *logos* socializado, produto de um *ethos* coletivo” (Nascimento, 2022, p. 116). Como qualquer sujeito-escritor, mulheres negras escrevem porque sentem, são capazes, imaginam, e estão dentro de um contexto sócio-histórico e cultural que irá influenciar sua poética. Como assevera Djaimilia Pereira de Almeida, “[...] o mundo que vejo e o modo como o mundo me vê determinam o que imagino” (Pereira, 2023, p. 19). Portanto, elevar as escritoras negras ao patamar *criativo* a que estas pertencem vê-se necessário, pois este caminho nos permite notar a tradição literária negra e feminina que o Brasil comporta, e que merece maior visibilidade nos mais diversos círculos sociais.

Dito isso, podemos seguir nossas considerações de que são justamente a arte da invenção — e conseqüentemente o aspecto estético da criação literária — e a metalinguagem, atreladas aos eventos

históricos que compõem as produções de Cruz, que nos permitem ler tanto *Água de barrela* quanto *O crime do Cais do Valongo* como metaficcionais historiográficos, pois estes são romances situados em terrenos movediços, escorregadios. O conceito de metaficção historiográfica, cunhado por Linda Hutcheon (1988a), engloba narrativas cuja escrita “[...] incorpora todos esses três domínios (literatura, história e teoria): ou seja, *essa autoconsciência teórica da história e da ficção como construções humanas*” (Hutcheon, 1988a, p. 5, tradução e grifo nossos<sup>33</sup>). Ainda segundo a teórica, quando abre espaço para a dúvida no que toca ao fazer histórico, a metaficção historiográfica permite que as formas e os conteúdos do passado sejam repensados e retrabalhados, aspectos os quais também conversam com as propostas de Cruz.

É relevante assinalar que lemos *O crime do Cais do Valongo* como ficção histórica, visão a qual corrobora que a complexidade da construção narrativa seja colocada em voga devido às características da metaficção historiográfica vislumbradas no romance. Por outro lado, o livro também pode ser classificado por alguns como um mistério. Este fenômeno curioso acontece porque, desde o início, é conferido ao cais uma aura de enigma, pois nele acontece o assassinato de um homem importante no Rio de Janeiro durante o período joanino. Bernardo Lourenço Vianna, o antagonista da história e desafeto de um dos narradores, é encontrado morto no meio da rua, “envolto em uma colcha sob medida, com uma faca cravada na barriga e com duas partes do corpo decepadas. Era o defunto mais estranho de toda a São Sebastião do Rio de Janeiro” (Cruz, 2018, p. 45<sup>34</sup>). Somos levados a essa percepção do livro como literatura de mistério em passagens como “O fim deste homem parecia-lhe apenas o começo de uma longa história” (Cruz, 2018, p. 106). A organização dos capítulos também pode levar a essa conclusão,

---

33 “[Historiographic metafiction] incorporates all three of these domains (literature, history and theory): that is, its theoretical self-awareness of history and fiction as human constructs.”

34 O romance consultado é uma versão *e-book*.

vide os títulos “A investigação – Primeira pista”, “Um novo visitante” e “Terceira conclusão”.

Uma vez que Nuno Alcântara Moutinho, um dos narradores, tem uma dívida expressiva com o morto, a história parece ser um enigma centralizado no assassinato e na possível punição do culpado, enquanto, na verdade, a autora usa uma série de recursos narrativos para tratar de temas muito mais complicados do que a morte de um homem. Quando notamos que o “mistério” da morte é resolvido, mas ainda há muita história a ser contada, *O crime do Cais do Valongo* toma outra dimensão, em que a categorização como mistério pode não mais fazer sentido, a depender da expectativa do público-leitor. Afinal, logo se sabe que Muana, Marianno e Roza foram responsáveis pelo crime.

Comumente, em romances metaficcionalis historiográficos, assim como na obra que analisamos, destaca-se o uso de recursos narrativos como o emprego de vozes narrativas plurais, que mudam de maneira surpreendente o desenrolar da trama, e a presença da digressão, a qual se caracteriza por uma organização temporal não linear, portanto, mais desafiadora para o leitor. Nuno e Muana — uma mulher escravizada que vivia sob o domínio de Bernardo junto a Roza e Marianno — compartilham a narração, escrevendo inclusive em momentos históricos distintos. Os três suspeitos — até certo ponto da história — e protagonistas da trama são apresentados da seguinte forma:

Em ocasião das visitas à chácara, a africana Muana servia aos primos, com aquele seu porte altivo e rosto marcante, alguns quitutes feitos pela mocinha chamada Roza, enquanto o negro grande de nome Marianno capinava matos e mantinha a propriedade limpa. Os três e o senhor alternavam períodos na chácara e na hospedaria, pois ele agora podia dar-se ao luxo de fechar por alguns

dias a estalagem no Valongo para repousar  
no sítio afastado. (Cruz, 2018, p. 98)

Enquanto o público-leitor é apresentado aos fatos do crime, a suposta natureza passiva de Muana, Marianno e Roza, descrita por Nuno, contribui para que desconfiemos: afinal, o que ganhariam os três com a morte de seu senhor? Daí se nota outro aspecto que corrobora a complexidade na narrativa, visto que, em geral, pessoas negras não são representadas como perspicazes ou combativas quanto ao regime escravocrata, principalmente numa dimensão mais particular. Aproveitando-se dessa crença estabelecida pelo cânone, a voz autoral constrói aparentes pistas que serão destruídas no decorrer do romance, quando, por exemplo, Muana declara:

Parecia que apenas eu, Roza e Marianno nunca tentamos escapar. Parecia que apenas nós não arriscamos a liberdade, ainda que com o forte risco de ser temporária. Ficar sem grilhão, mesmo que por tempo curto como o periódico *Gazeta*, que era substituído na semana seguinte, poderia valer a vida inteira! (Cruz, 2018, posição 264)

Pistas como essas, que confundem tanto leitores quanto personagens, como é o caso do Intendente Paulo Fernandes, investigador do crime, tornam-se um complicador para o desvendamento do mistério, afinal, por que os negros continuariam no cais se fossem culpados? Apesar do temperamento explosivo de Bernardo e a natureza escusa de seus negócios — pautados na exploração desumana dos povos negros — a branquitude não parece achar plausível que as pessoas negras tenham coragem de desafiá-los, ou mesmo inteligência para tanto.

Nesse jogo opaco de poder que as vozes narrativas empreendem, os brancos tornam-se alvo de escárnio, ridículo e julgamento dos negros, como no fragmento a seguir:

Meus senhores sabiam que estariam com gente importante e levaram seus melhores trajes e acessórios, que perto dos outros senhores pareciam sempre pobres e acanhados. Eu percebia que tentavam ser elegantes, mas nunca conseguiam. Estavam aos poucos entrando na categoria dos ricos, mas aqueles nobres no fundo não os consideravam iguais (Cruz, 2018, p. 201).

O senso crítico e a determinação para indagar as relações sociais brasileiras, profundamente pautadas nas questões de classe, raça e gênero, demonstram quão esféricas são as personagens escritas por Cruz, outro traço que enseja as reviravoltas tão constantes durante todo o livro. Os caminhos inesperados que a narrativa toma surgem, portanto, entre o vão do que estamos condicionados a ler e as novas representações que a voz autoral usa para moldar nossa experiência de leitura.

Quando atrelamos o romance de Cruz à metaficção historiográfica, também nos pautamos na noção de que precisamos nos distanciar da ideação ocidental acerca do que é literatura e de quem é capaz de produzi-la. A busca pela desconstrução que a teoria persegue, portanto, nos é útil porque evoca um novo olhar para o passado — na ficção e na história —, abrindo fissuras outrora impossibilitadas pela lógica colonial. Como aponta Edward Said (2011), trata-se de um tempo de remapeamento.

Obter o reconhecimento é remapear e então ocupar o lugar nas formas culturais imperiais reservado para a subordinação, ocupá-lo com autoconsciência, lutando por ele no mesmíssimo território antes governado por uma consciência que supunha a subordinação de um Outro designado como inferior. *Reinscrição*, portanto. (Said, 2011, p. 329, grifo do autor)

Retomando o romance, pontuamos que, com o fim de intercalar as vozes narrativas com plausibilidade num espaço temporal mais amplo, as impressões de Muana acerca do Valongo, seus arredores e frequentadores são reveladas sob a pena de Nuno Alcântara Moutinho. Nuno encontra os escritos de Muana anos após investigar a morte de seu desafeto, e é por meio dele que as reflexões de Muana chegam ao público. Enquanto expõe os pontos de vista da mulher, Nuno tece comentários diretos para o leitor, e o uso da metalinguagem, nesse caso, concorre para o enriquecimento da polifonia no romance, como quando Nuno pergunta: “É possível se pular para sempre passado tão tenebroso?” (Cruz, 2018, p. 1484).

Há, no romance em questão, outra protagonista cuja voz ouvimos a todo o tempo: o cais, lugar onde tantos corpos e espíritos negros foram destruídos. Na narrativa, trata-se de um lugar tanto simbólico quanto geográfico e, a fim de evidenciar a relevância do resgate memorialístico que vislumbramos, nos debruçaremos sobre o cais, dentro e fora da ficção, na seção a seguir.

### **O CAIS DO VALONGO DENTRO E FORA DA NARRATIVA DE CRUZ**

Em *O crime do Cais do Valongo*, Cruz elege como espaço narrativo um sítio histórico específico de grande valor para o povo negro. Conforme explica Ynaê Alves dos Santos (2020), o Cais do Valongo funcionou como um porto de comércio negreiro entre 1776 e 1831, tendo o título de local que recebeu mais escravizados na história das Américas (Santos, 2020, p. 176). O local foi aterrado durante a Reforma Pereira Passos, no início do século XX, e é possível entender a motivação para tal quando percebemos que

Reforma Urbana Pereira Passos foi uma tentativa de europeização e aburguesamento da cultura por meio de arquitetura, ideais e costumes. A Europa, especialmente as cidades de Paris e Londres, era tida como um modelo de civilização, progresso e modernidade a ser seguido. O progresso era sinal de desenvolvimento material; a civilização de com-

portamento pautado em um ideal burguês europeu; a modernidade no embelezamento e no saneamento relacionada a sair de um passado colonial e se adequar a um novo presente, certamente europeu. Dessa forma, as mudanças na capital tiveram um caráter urbanístico, sanitário e também comportamental, e a transformação da cidade se deu em um nível simbólico-espacial. Uma frase muito usual na época era “o Rio civiliza-se”, que demonstra todo esse imaginário. (Silva, 2019, p. 2)

As asserções de Silva coadunam com os levantamentos históricos feitos por Santos, que reitera a natureza político-ideológica da ocultação do Cais do Valongo:

[...] logo após a desativação do comércio negro, foi iniciada uma tentativa de apagar a memória e os horrores da escravidão naquela região, que passou a ser conhecida como Cais da Imperatriz, em homenagem à Imperatriz Leopoldina, esposa de D. Pedro I. A descoberta de um cemitério de escravos na região, conhecido atualmente como Cemitério dos Pretos Novos, trouxe à tona a importância que aquela região teve na história do Brasil, sobretudo no que diz respeito à escravidão e seus descendentes. Essa importância foi reconhecida em âmbito internacional, pois o complexo do Cais do Valongo é um dos maiores e mais importantes lugares de memória do tráfico transatlântico de africanos escravizados do mundo. (Santos, 2020, p. 176)

Apesar da obviedade do valor histórico, cultural e religioso do Cais do Valongo nos dias de hoje, o seu reconhecimento foi dado após um processo intrincado, pois, no Brasil, o apagamento das iniqüidades da escravidão é ainda uma estratégia utilizada para a alienação das(os) cidadãs(os) quanto ao seu próprio passado. Parte dessa problemática é discutida por Sandra de Sá Carneiro e Márcia Leitão Pinheiro, no artigo “Cais do Valongo: patrimonialização de locais, objetos e herança africana” (Carneiro; Pinheiro, 2015). As pesquisadoras retomam o percurso de cunho histórico e político das disputas em relação ao cais até meados de 2014, salientando, por exemplo, as tensões relacionadas ao projeto Porto Maravilha, por um lado, e as ações de grupos do Movimento Negro e outras instâncias comprometidas com a questão da memória africana, por outro. Conforme asseveram as pesquisadoras,

[...] segundo as informações obtidas até o presente momento, foi a partir da demanda de pesquisadores (são sempre citados uma arqueóloga e um historiador) junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), que apoiados em dados históricos estimavam a localização do Cais da Imperatriz, que a prefeitura aceitou interromper as obras no local para preservar o sítio arqueológico encontrado em meio às escavações. (Carneiro; Pinheiro, 2015, p. 386)

A movimentação social a qual Carneiro e Leitão sublinham é primordial para que entendamos como diferentes atores podem influenciar as decisões políticas delineadas nesse tipo de embate, mediado pelo racismo estrutural imbricado na nação brasileira. Para elas, o posicionamento da arqueóloga, de convidar mães-de-santo para inspecionar as imagens encontradas na escavação, foi decisivo para que ao sítio também fosse atrelado o valor religio-

so, visto que, com a chegada das yalorixás, a cultura material desenterrada no sítio arqueológico pôde ser tratada com o respeito merecido junto às pessoas que entendem sua sacralidade.

O protagonismo da população negra é igualmente enfatizado por Francisco Phelipe Cunha Paz no artigo “O que nos contam as pedras pisadas do cais? Usos e disputas políticas das memórias da escravidão e do tráfico transatlântico” (Paz, 2022). Paz pontua:

Desde as primeiras notícias sobre vestígios do Cais do Valongo que voltavam à superfície, as comunidades negras exigiam tornar o passado da escravidão visível no espaço público. Mesmo que em um primeiro momento essas ações tenham uma dimensão apenas simbólica sobre o passado colonial brasileiro – o tráfico e a escravidão negra –, elas têm estimulado debates sobre agendas políticas importantes para o presente desses grupos, reposicionando e reatualizando as denúncias sobre o racismo estrutural, o genocídio da população negra e as desigualdades sociais que atravessam a experiência dos descendentes de africanos após o fim da escravidão. (Paz, 2022, p. 344)

O voltar à superfície à qual Paz se refere, no caso da literatura de Cruz, transita entre a imaginação literária e a história. A polarização entre o fato e o artefato — um, visto como realidade, o outro, como invenção — não é tão demarcada em narrativas como as de Cruz. A dimensão ficcional do romance mescla-se aos aspectos históricos que o envolvem, como o sítio histórico escolhido pela voz autoral, suas fontes — como as reportagens jornalísticas da Gazeta do Rio de Janeiro — e a menção aos ritos religiosos manifestados no cais e suas redondezas, ligados à cultura africana, mais tarde afro-brasileira. Essa dinâmica, em que não há uma segmentação bem estabelecida entre o que é história, memória ou imaginação,

colabora para que o regaste histórico e memorialístico dos povos negros reinvente também o seu passado, até então contado como um todo homogêneo; trata-se de um deslocamento da história negra concebida como uma sub-história exótica, à parte da história oficial, conforme denomina Beatriz Nascimento (2021), e que serve de inspiração para os povos negros de outros tempos.

É válido pontuar que, se na vida real, agentes preocupados com o apagamento da escravidão exigem que o Cais do Valongo seja exposto, há um movimento parecido na ficção, o qual resgata não apenas o espaço físico em si, mas os crimes e, de modo positivo, a sacralidade que envolve o lugar. Nesse ínterim, os absurdos vividos pelos povos negros que chegavam ao Brasil pelo tráfico negreiro vão sendo revelados pela voz de Muana, a qual assinala:

O Valongo não era nada bem-visto. Ficava um tanto fora da cidade, que tinha uma costa com muitas enseadas e ilhotas repletas de trapiches e escritórios. A enorme Pedra do Sal nos separava do resto. Para chegar ao outro lado, eu tinha que dar uma volta enorme pelo morro da Conceição. Quase toda a casa aqui era também um depósito de gente... gente para venda. As pessoas de bem fugiam deste lugar, mas para muitas eram esses negócios “sujos” que fingiam não ver que pagavam seu rapé, finos tecidos, aulas de música, livros raros e carruagens. O Cemitério dos Pretos Novos foi transferido da Santa Rita para um ponto bem mais acima da rua da hospedaria Vale Longo. Em alguns momentos tínhamos que fechar as janelas, pois o cheiro ficava opressivo. Eu só passava ali perto se não tivesse outro jeito e nunca olhava para o lado. Um religioso ficava de frente, rezando em um livro pequeno pelos que se foram. (Cruz, 2018, p. 132).

Problematizando o esquecimento não apenas do cais, mas também daquelas(es) que nele pereceram, a voz autoral acaba por denunciar o fenômeno da perda de memória da coletividade, enfraquecida no que toca ao passado colonial brasileiro. Lançando mão de uma laboriosa organização narrativa permeada pela digressão, pela polifonia e pela metalinguagem, Cruz chama a atenção para como as relações de poder se estabelecem, e quanto nosso passado colonial está escamoteado por um projeto ainda presente de desumanização do povo negro. Os povos africanos, como afirma Abdias Nascimento, eram “vítimas permanentes da violência, [e] suas instituições culturais se desintegraram no estado de choque a que foram submetidas” (Nascimento, 2016, p. 124).

Todavia, exercitando seu direito de memória, Cruz utiliza-se da literatura para reviver o cais, trazendo à tona inclusive o fato de que o enriquecimento de incontáveis famílias brancas apenas foi possível devido à tortura e morte de pessoas negras, sistematicamente destituídas de seus direitos como seres humanos enquanto foram, com efeito, aquelas(es) que construíram “as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra de sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia” (Nascimento, 2016, p. 59). Nesse sentido, é interessante pontuar as colocações de Lia Vainer Schucman (2010), para quem essa lógica predatória justifica-se pelo biopoder, cujas tecnologias de poder, enquanto trabalham para a manutenção da vida de determinados grupos, “[...] exercem o direito de matar — segregacionar —, excluir os indivíduos dentro da própria sociedade” (Schucman, 2010, p. 44).

A crueldade característica da branquitude, tão expressiva no cais, é deflagrada em diversas partes do romance, dentre as quais o chocante fragmento a seguir:

Quando a chuva forte descia, os corpos enterrados à flor da terra vinham à tona e boiavam em meio ao lixo. Em tempos regulares, queimavam os pedaços de gente amontoados

no centro do campo. Quando acompanhava a falecida dona Ignácia à igreja, sempre que o padre falava do inferno, era o cemitério dos escravos novos que eu imaginava. Os ossos brotando como flores duras e sem cor. (Cruz, 2018, p. 1266)

Em outro momento igualmente assombroso, a responsabilização do Estado no tocante à tortura e morte das(os) africanas(os) é colocada frontalmente, outro ponto de reflexão acerca do que foi a escravização desses povos em solo brasileiro e como o assunto ainda é um tabu a ser evitado devido à etiqueta racial do Brasil, galgada no silêncio acerca das relações estabelecidas entre brancos, negros e indígenas (Nascimento, 2016, p. 53):

O vice-rei ordenou que nenhum negro poderia sair do Valongo, ou seja, entrar na cidade antes da venda. Se morressem, lá mesmo ficavam no cemitério dos novos. Aquele pedaço de chão, com o grande pedregulho separando o resto da cidade, seria tudo o que conheceriam desta terra. Ficava sempre a pensar que eu era como a Pedra do Sal, pois vivia entre dois mundos. Todas as quartas e sábados eu saía da terra dos mortos ou semimortos do lado de cá para a dos vivos, do lado de lá, dentro da cidade. Eu era um elo desta corrente estranha. Eu e a Pedra repleta de negros que carregavam aquele material cortante que era o sal. (Cruz, 2018, p. 154)

A comparação entre o cais de outrora, em seu pleno funcionamento, inchado de corpos negros que ficam expostos quando cai a chuva, e o de hoje, palco de lutas para que o sítio arqueológico não seja simplesmente soterrado, evidencia que o robusto projeto de aniquilação do povo negro não está no passado. A própria

Eliana, em entrevista cedida em 27 de março de 2023 ao programa *Encontro com a Autora*, da Câmara dos Deputados<sup>35</sup>, afirma que o título do livro é autoexplicativo. O *crime* de que se fala não é o cometido contra Bernardo Lourenço Vianna, mas sim contra todas as pessoas escravizadas, assassinadas e torturadas ali, destituídas de seus valores, crenças, línguas e cosmogonias devido à sanha colonial. Trata-se de mortes materiais e simbólicas que jamais serão punidas, o que não pode nos impedir de denunciá-las.

O Cais do Valongo, da tortura e das almas atormentadas, no entanto, também era o lugar em que negras e negros astutas(os) foram capazes de enfrentar, através das mais diversas estratégias, as políticas de morte às quais eram constantemente expostas(os), transitando e sobrevivendo apesar de todo o absurdo. Esses enfrentamentos, no romance, mostram-se, por exemplo, por meio de organizações coletivas, sendo estas mediadas ou não pelas religiões de matriz africana. Frente aos rituais, festividades e exercícios de fé dos povos escravizados, a branquitude se percebe injuriada, restando-lhe apenas suas costumeiras políticas de aniquilação e desmembramento. Apesar das violências, o romance registra momentos em que essas expressões religiosas tomam forma, como é o caso do encontro de Nuno e Exu:

... e deu meia-volta e seguiu com o mesmo passo. Eu sabia quem era Exu! Tereza Nagô me instruía sobre estes assuntos. Eu e Caetano curamos a bebedeira em dois tempos e corremos tanto, mas tanto... Exu deve ter gargalhado do nosso pavor, os dois marmanjos correndo batendo as tamancas dos pés no traseiro! Era noite e contei com tantos floreios, pausas e suspenses que via a hora de o Intendente se borrar. Ah, estes homens “corajosos” da coroa! (Cruz, 2018, p. 650)

---

35 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uslw8h2RZhQ&t=669s>. Acesso em: 15 jul. 2024.

É interessante pontuar que Exu é, na verdade, o mensageiro dos orixás, considerado amigo dos humanos e resolvedor de contendas, a despeito de possuir um caráter ambivalente e se contrariar com facilidade (Marques, 2015, p. 78). Portanto, o medo de Nuno e do Intendente justifica-se por sua ignorância acerca da religião, outra sutileza que permeia o romance. Por essa razão, as diversas vozes narrativas mostram-se tão importantes: sem elas, seria impossível mostrar o contraste entre como viviam os africanos e como eram lidos pela branquitude, ou sujeitos branqueados, como era o caso de Nuno, à época chamado de *mazombo* por ser filho de um português e ter nascido nas colônias (Cruz, 2018, p. 301).

Pode-se afirmar que o caráter misterioso e sacro do cais, alimentado no decorrer de todo o tecido narrativo, também contribui para que informações sobre o passado, os costumes e a cultura dos povos africanos que chegaram ao Brasil por meio do tráfico negreiro sejam retratados por um olhar que não aquele do medo, da repulsa ou da vontade de aniquilamento típicos da branquitude. Nesse caminho, é natural que também se indague acerca da dita benevolência cristã, usada para justificar o jugo colonial perpetrado pelo continente europeu:

Uma vez nesse novo lugar, nos demos conta de que não seríamos hóspedes e sim escravos que deveriam conhecer o verdadeiro Deus... mais um. O trabalho era bem duro e mesclado com orações intermináveis. Nossa alma pagã precisava ser domada. O que havia de errado com toda essa gente?, eu me perguntava. (Cruz, 2018, p. 968)

A indagação, sendo ela de cunho político, religioso ou cultural, é o que humaniza e engrandece as personagens da história, não mais retratadas como sujeitas passivas, que aceitam a escravidão e são até mesmo gratas aos seus senhores. Nesse ensejo, o resgate de memória é ainda anterior ao Cais do Valongo, abrangendo

também os lugares de origem das milhões de pessoas aniquiladas no sítio histórico:

Sou uma macua-Lómuè... *Isso não é importante para ninguém neste lugar onde me encontro, mas para mim é tudo. É a única coisa realmente minha.* Aquela montanha é mais que pedra, pois todos foram criados por Deus dentro dela. Deus? Deus... Olhem só para mim, repetindo as coisas desta gente. Para o meu povo todos nós descendemos de uma Grande Mãe que habita as montanhas do Namuli. Uma Deusa! O nome dela — da Grande Mãe Macua — é 'Nipele'. Um nome maravilhoso, pois quer dizer 'o seio que alimenta, que dá a vida'... Outro nome para a Grande Mãe seria 'Errukhulu' (O ventre). (Reis, 2018, p. 411, grifo nosso)

A construção dessas personagens, humanizadas por serem retratadas como sujeitas inteligentes, estratégicas e resilientes, frutos de histórias que não apenas aquelas de dor e humilhação, faz com que o tensionamento entre a crença da branquitude no assujeitamento negro e a realidade material da morte de Bernardo por mãos negras torne-se ainda mais complexo. Isto porque, pela forma como o crime é perpetrado, não há provas de que Roza, Muana e Marianno foram os executores de seu senhor. Os detalhes da morte, até então poupados, vão ganhando espaço na narrativa, e a astúcia dos envolvidos passa a ser mais relevante do que a vida de Bernardo. Ao tentar convencer o público-leitor de que não é o assassino, Nuno chega a apelar por detalhes muito nítidos do crime:

No entanto, juro (não perco a mania de juramentos!), não possuo a coragem necessária para estocar a barriga de ninguém e muito menos deixar o cadáver naquelas condições,

sem dedo, sem, sem... Consegues me imaginar abrindo as calças de um fidalgo para cortar-lhe a virilidade? Consegues me imaginar com um caralho morto, murcho, mal-cheiroso e sem tesão em uma das mãos e uma faquinha de cozinha na outra? (Cruz, 2018, p. 791)

A brutalidade do crime é contrabalançada pela personalidade cruel do homem assassinado, num jogo de significados em que a vingança se torna uma opção plausível frente às situações vividas por Muana, Marianno e Roza, desprotegidos por serem apenas propriedades de um homem branco com grande poder aquisitivo. Cientes de suas mazelas, eles vão trilhando o caminho que os leva a planejar a morte de seu algoz, conforme salienta a passagem a seguir:

Recordo-me que no dia em que o senhor Bernardo usou Roza pela primeira vez e ela desceu os degraus cambaleante e com hematomas, quase desfalecendo, Marianno a tomou nos braços robustos, tirou toda a sua roupa, banhou-a, pôs nela uma camisolona limpa que pessoalmente havia costurado e colocou-a na esteira envolta num pano como se fora recém-nascida. Ele deitou a cabeça da menina em seu colo cantando com sua voz suave. Esquentei uma caneca de leite e ela dormiu profundamente. Foi Roza pegar no sono, que o outro problema começou. Marianno passou a mão na tora de madeira que escorava a porta que dava para o quintal. Iria matar o senhor Bernardo. Parecia um gigante enfurecido. (Cruz, 2018, p. 585)

Tão surpreendente quanto a coragem de buscar por justiça é o ato de Muana, de se certificar de que seus feitos e de seus amigos seriam revelados no futuro, guardados dentro de um baú que Nuno teve que resgatar e preservar, e que segundo ele, “[...] tinha o peso das eras. Guardei por muito tempo e com muito zelo o seu conteúdo” (Cruz, 2018, p. 1495).

Os fragmentos do romance ora salientados ilustram espaços desobstruídos pela fazer criativo de Cruz, que podem nos levar a repensar sobre como os fatos históricos e as construções de imaginário do passado são multifacetados, apesar da percepção hegemônica corrente, que figura nos livros didáticos e na literatura dita canônica. A nação, ainda iludida pelo mito da democracia racial, ignora a violência do passado; como consequência, a herança da branquitude continua se perpetuando. Em suas elucubrações, Bento revela como

descendentes de escravocratas e descendentes de escravizados lidam com heranças acumuladas em histórias de muita dor e violência, que se refletem na vida concreta e simbólica das gerações contemporâneas. Fala-se muito da herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas. É possível identificar a existência de um pacto narcisístico entre coletivos que carregam segredos em relação a seus ancestrais, atos vergonhosos como assassinatos e violações cometidos por antepassados, transmitidos através de gerações e escondidos, dentro dos próprios grupos, numa espécie de sepultura secreta. (Bento, 2022, p. 23)

Bento também aponta que, junto ao soterramento das vicissitudes dos brancos de ontem, há o silenciamento dos negros de hoje. É por esse motivo que consideramos a literatura de Cruz um grito de resistência às sequelas do colonialismo. As marcas da luta contracolonial que Cruz imprime em suas personagens são prova de que há, em seu fazer literário, o desejo da ocupação de espaços de autoafirmação e ressignificação dos povos negros em solo brasileiro.

Entre ficção e história, Cruz é capaz de tecer narrativas de humanização. Quando desenterra o cais e suas personagens plurais e destemidas, cria um precioso espaço de memória que traz um olhar outro aos descendentes africanos, resgatando-os de um feroz silenciamento.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*O crime do Cais do Valongo*, assim como outras narrativas de Eliana Alves Cruz, é pautado numa poética em que forma e conteúdo não podem ser separados. Forma e conteúdo permitem que as múltiplas vozes possam ser ouvidas, num processo que envolve o tensionamento entre ficção, história e metalinguagem, conhecida como metaficção historiográfica. Na metaficção historiográfica, salienta-se o caráter poroso entre ficção e história, e o passado se torna farto de possibilidades interpretativas, povoado por sujeitos que, posto que outrora silenciados, nessas construções ganham autoridade narrativa para contar as próprias histórias.

No decorrer da história, a dúvida sobre o como e o porquê da execução de Bernardo é respondida numa perspectiva dialógica, que nos permite notar que o mais relevante não é a resolução do mistério da morte, e sim todas as injustiças vividas pelas pessoas negras que povoam o Cais do Valongo. Essa dinâmica permite que até mesmo a relevância do assassinato passe a ser questionada, pois, no fim das contas, a morte de um homem cruel torna-se secundária frente ao sofrimento a que tantas pessoas escravizadas foram submetidas, assim como o verniz da religião como justificativa para determinados atos.

A obra, ao reinventar o Cais do Valongo entre a ficção e a história, contribui para um exercício necessário de resgate memoriaístico e ressignificação da ancestralidade africana no Brasil, inteligível para a branquitude dos tempos em que a narrativa toma forma, e também para a branquitude de hoje. Ademais, o romance aponta para a realidade de que o maior crime do Cais do Valongo é, de fato, o genocídio e epistemicídio dos negros africanos e de seus descendentes.

É simbólico que o mistério seja desvelado pelas mãos de uma mulher negra letrada, enquanto surge junto com ele uma outra história, soterrada como o Cais do Valongo. Ao final do romance, Nuno chega a exaltar a façanha de Roza, Marianno e Muana — a capacidade de *sobreviver*:

Nunca deixei de admirar e — por que não? — invejar incontáveis homens e mulheres que conseguiam demonstrar certo garbo e altivez, mesmo em tão deploráveis condições. E eu, nascido livre, com minha tez negra clara, lembrando apenas de meu pai português e raramente de minha mãe... E eu, tão miseravelmente pequeno perto deles, pois eram em sua maioria todos tão jovens... tão jovens... Este sim foi o verdadeiro crime do Cais do Valongo. Levarão algumas eras para que seja pago. (Cruz, 2018, p. 1491)

A admiração de Nuno, patente durante toda a história, é também uma mensagem que a voz autoral pode ter nos deixado. Há dor, violência e silenciamento. Há soterramento no Cais. Mas também há resiliência, memória, tradição. De certo modo, o cais sobrevive.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. **O que é ser uma escrita negra hoje, de acordo comigo**: dois ensaios e uma conversa. São Paulo: Todavia, 2023.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sandra de Sá; PINHEIRO, Márcia Leitão. Cais do Valongo: patrimonialização de locais, objetos e herança africana. **Religião e Sociedade**: Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 384-401, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872015v35n2cap16>. Acesso em: 8 jul. 2022.

CRUZ, Eliana Alves. **O crime do Cais do Valongo**. Rio de Janeiro: Malê, 2018. E-book.

LITERAFRO. **Eliana Alves Cruz**. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/1159-eliana-alves-cruz>. Acesso em: 10 jul. 2023.

HUTCHEON, Linda. **A poetics of postmodernism: history, theory and fiction**. New York: Routledge, 1988a.

MARQUES, Leonardo Arantes. **História das religiões e a dialética do sagrado**. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O movimento de Antônio Conselheiro e o abolicionismo: uma visão da história regional. *In*: RATTTS, Alex. (org.). **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 193-212.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Literatura e identidade. *In*: RATTTS, Alex. (org.). **O negro visto por ele mesmo**. São Paulo: Editora Ubu, 2022, p. 111-116.

PAZ, Francisco Phelipe Cunha. O que nos contam as pedras pisadas do cais? Usos e disputas políticas das memórias da escravidão e do tráfico transatlântico. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 65, p. 338-376, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/44963>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Trad. Denise Bottmann. 3ª reimp. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **História da África e do Brasil afrodescendente**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão. **Psicologia Política**, v. 10, n. 19, p. 41-55, jan./jun. 2010. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2010000100005](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005). Acesso em: 20 jan. 2023.

SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da. Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Paraná, n. 11, p. 1-11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180179>. Acesso em: 10 jul. 2023.